

JORNAL CRP.06

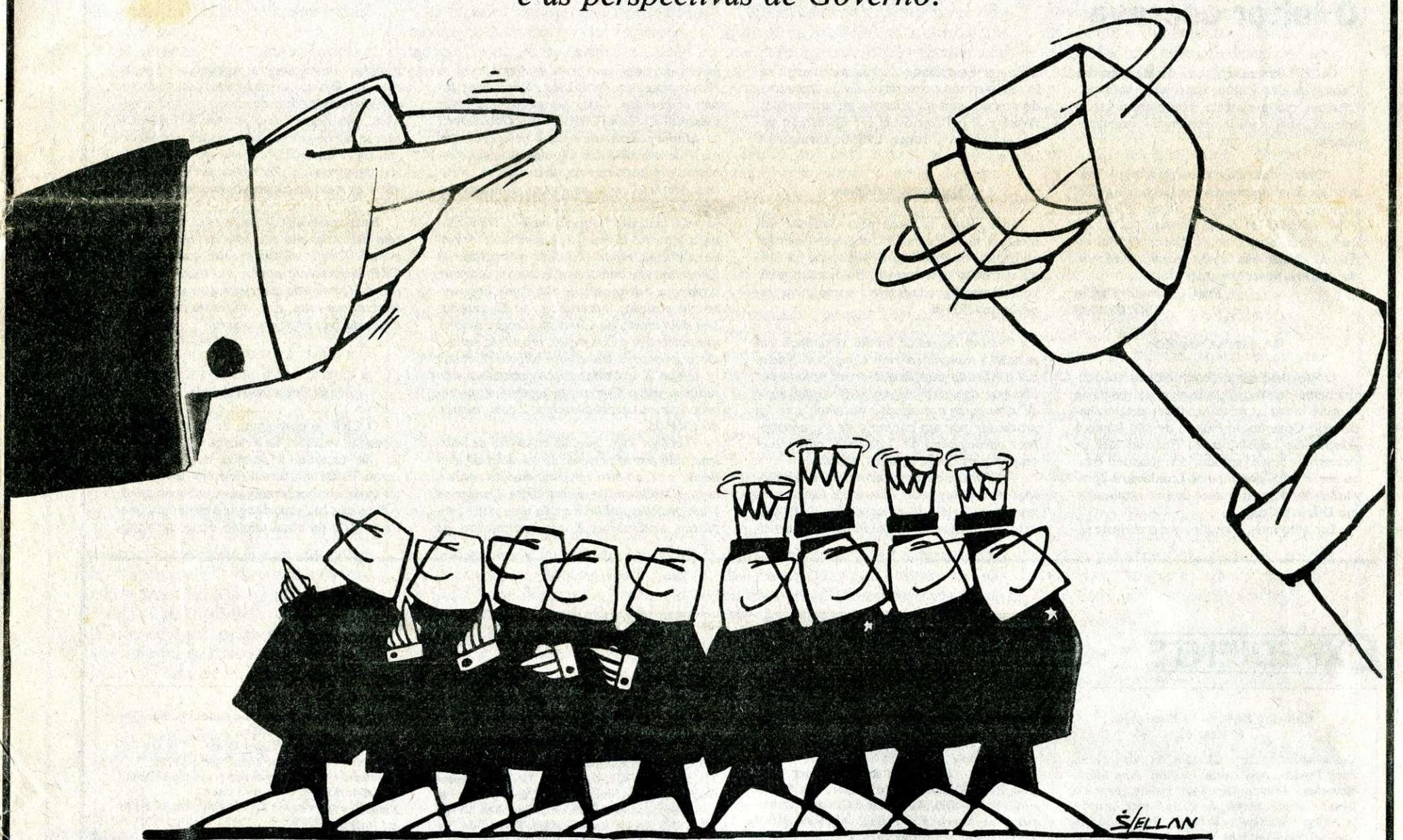
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª REGIÃO
Nº 64 • ANO 10 - Março/Abril 1990

Enfoque:

*um espaço aberto à
participação dos psicólogos.*

Sucessão Presidencial

*Um cientista político e um psicólogo social
analisam o processo eleitoral
e as perspectivas de Governo.*



Comissões apresentam planos de ação

Expectativas de mudança

Seja qual for a visão de mundo de cada um de nós, enquanto profissionais e enquanto cidadãos, é impossível negar um consenso: o momento é de mudança. Pelo menos em termos de expectativas, se constata no Brasil, hoje, a vontade generalizada de mudar.

Mas, mudar como e para quê? O verbo pode ser conjugado de diferentes maneiras (também não dá para negar isso). Existem mudanças concebidas de forma pronta e que são impostas de "cima para baixo". E há outro tipo de mudanças que são moldadas a partir dos movimentos organizados da sociedade.

O Conselho, enquanto entidade

representativa de categoria profissional, se alinha ao lado daqueles que preconizam mudanças nascidas do coletivo, ou seja, que decorram do esforço organizativo dos diferentes grupos sociais. Defendemos, em suma, a instauração de transformações estruturadas com base nas reais necessidades da população.

O Plano de Ação das Comissões (publicado na página 3 desta edição) mostra como o Conselho pretende trabalhar esse posicionamento no âmbito da sua própria atuação. Embora apresente projetos (na maioria) de natureza específica, tal Plano permite ver que estamos muito atentos às questões da conjuntu-

ra nacional, sobretudo no que diz respeito às políticas que vão orientar o país em relação à saúde, à educação e demais direitos sociais.

Em 1990, o Brasil inicia um novo período do Governo Presidencial. O Presidente eleito, Fernando Collor, toma posse dia 15 de março, sustentado pela legitimidade democrática. O fato, em princípio, representa um avanço. Todavia, é preciso reconhecer que os votos depositados em urna, por si, não fornecem garantias de que os problemas básicos da sociedade brasileira serão resolvidos. Somente a população, através da sua organização, poderá garantir que um mínimo de soluções seja atingido.

Depois, neste mesmo ano, teremos também outras importantes decisões políticas. O Congresso Nacional delibera a Legislação Ordinária relativa ao Sistema Único de Saúde e à Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Além disso, no nível estadual, elegeremos os Governadores; e, nos municípios, serão votadas as Leis Orgânicas Municipais.

O momento exige, portanto, intensa mobilização. Se quisermos mudar realmente o rumo do Estado, no sentido de ele prestar serviços públicos, gratuitos e de qualidade nas áreas socialmente prioritárias, precisaremos criar instrumentos para conquistar essas reivindicações.

O leitor escreve

O CRP-06 recebeu carta de um leitor da Capital de São Paulo, solicitando informações que provavelmente interessam a vários colegas. Abaixo segue o resumo da correspondência:

"Com relação à matéria - Psicólogos Conquistam Reconhecimento Profissional - publicada no Jornal CRP-06, edição n° 64 de 1990, gostaria de ser informado sobre: em que página, data e n° do Diário Oficial do Estado de São Paulo se encontra o decreto do novo reequadramento."

Paulo Iakowski Cyrillo
CRP 06/9588

O Conselho responde

O Projeto-Lei que determinou o reequadramento de categorias de nível universitário (o qual inclui os psicólogos) foi encaminhado pelo Governo do Estado de São Paulo à Assembléia Legislativa no final do mês de dezembro. Nesse período, o Legislativo estava em recesso, por isso não aconteceu a aprovação do decreto e nem a sua publicação em Diário Oficial.

Esclarecemos, contudo, que o reajuste sa-

larial correspondente a reequadramento está sendo efetivamente pago, desde dezembro, de acordo com autorização governamental. Assim que o Projeto-Lei for deliberado pelo Legislativo, o **Jornal CRP-06** divulgará a informação.

Congresso Unificado

Outra carta recebida pelo Conselho comenta a matéria sobre o Congresso Nacional Unificado de Psicólogos, publicada na última edição (n° 64, ano 10). Publicamos abaixo a síntese do comentário e a respectiva resposta do CRP-06.

"Venho expressar minha estranheza em relação à matéria sobre o Congresso Nacional Unificado pelo fato de se ter optado por divulgar depoimentos avaliativos, deixando de apresentar a avaliação nacional, que foi produzida por um conjunto de representantes e participantes do Congresso, com a presença e participação deste Conselho."

O CRP-06, conjuntamente com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, promoveu no dia 18 de novembro de 89 reunião dos delegados de São Paulo que partici-

param do Congresso para avaliar o evento. Nessas reuniões, conteúdos construtivos foram elaborados. Esses conteúdos não estão presentes no Jornal CRP-06. Isso é lastimável!

Minha posição em relação aos depoimentos é de discordância. Apresento alguns aspectos que justificam tal discordância. A colega Marlene continua responsabilizando a Mesa e a Comissão Organizadora do Congresso pelos insucessos que ela avaliou. Na verdade, a Mesa e a Comissão podem, sim, ser responsabilizadas por conduzir e organizar o Congresso tão democraticamente, que impediram que a delegação de São Paulo impusesse sua posição, minoritária, ao Congresso. Um documento da Comissão Organizadora, que antecedeu o Congresso, propôs às entidades e grupos de trabalho o debate de todos os temas. E a Comissão Organizadora não recebeu, até o Congresso, nenhuma contraproposta ou questionamento, nem mesmo do CRP-06.

O colega Yves, que, ao contrário de Marlene, não esteve presente às reuniões de avaliação, tem, ao meu ver, uma posição equivocada. O divisor de águas deste Congresso eram posições políticas e não uma visão simplista - sindicalistas X não-sindicalistas. As

posições eram: alguns propunham romper com as formas organizativas corporativas que vêm caracterizando nossas entidades; outros, 'sem negar novas formas de organização, sublinhavam as necessidades de uma organização específica' (como afirma Yves no seu depoimento). Para os últimos, ao meu ver, a questão do corporativismo não era central.

Essas questões colocadas pelos colegas foram debatidas nas reuniões de avaliação do evento. Considero importante que o Jornal CRP-06 apresente matéria que traga à categoria, de forma não discriminativa e nem preconceituosa (mas, sim, de forma construtiva e elucidativa) estas discussões."

Ana Bahia Bock
Psicóloga

O Conselho responde

O CRP-06 participou, de fato, das mencionadas reuniões de avaliação do Congresso. No entanto, a matéria publicada pelo nosso Jornal não teve o objetivo de reproduzir as conclusões levantadas em tais ocasiões. A intenção foi, sim, discutir o evento do ponto de vista da atual Gestão deste Conselho.

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia 6ª Região

Conselheiros: Adermir Ramos da Silva Filho, Aicil Franco, Ana Lúcia Jackson, Ana Maria Blanques, Arialdo Germano Junior, Antonio Cesar Frasseto, Beatriz de Paula Souza, Benedita Antonia Watanabe, Brônia Liebesny, Carolina do Rocio Klomfahs, Denise Bandeira de Melo, Fausto Afonso Duarte, Frida Zolty, Graça Maria Totaro, Irma Macário, João Carlos Bertoni, José Alfredo Leal, José Zula de Oliveira, Kathia Nemeth Perez, Luiz Celso Manço, Maralúcia Ambrósio Abramovay, Marlene Bueno Zola, Maurício Lourenção Garcia, Mauro Hollo, Regina Heloisa Maciel, Sara Raquel da Silva, Selma Regina Paschini, Solange Bertolotto,

Valter Apolinário Filho, Vera Regina Rodrigues.

Sede - São Paulo: Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038 - fone: (011) 549-9799.
Delegacias: ABC (Maria Regina Tonim): Rua Luiz Pinto Fláquer, 519, 6º andar, sala 61, fone (011) 444-4000. Assis (Isabel Cristina Francisco): Rua Angelo Bertoncini, 345, fone (0183) 22-6224. Bauru (Regina Maura Gimenez): Rua Batista de Carvalho, 433, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. Campinas (Hipólito Carretone Filho): Rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. Campo Grande (Pedro Cesar Gonçalves): Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97, fone (067) 382-4801. Cuiabá (Maria Aparecida Fernandes): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, 3º andar, sala 302,

fone (065) 322-6902. Lorena (Rosângela Dueri Matos): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0195) 52-4658. Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, sala 301, fone (016) 636-9021. Santos (Antonio Carlos Simonian dos Santos): Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39-1987. São José do Rio Preto (Fátima Cristina Garcia): Rua 15 de Novembro, 3.171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

JORNAL CRP-06

O **Jornal CRP-06** é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia 6ª Região.
Comissão de Divulgação: Maurício Lourenção

Garcia, João Carlos Bertoni, Antonio Cesar Frasseto, José Zula de Oliveira.
Edição: Sueli Zola (Mtb 14.824)
Redação: Graciela Karman (Mtb 16.775)
Produção e Composição: Simorg, fone 872-6119
Revisão: Silvana Cobucci Leite
Fotolito e Impressão: Joruês Companhia Editora, fone 815-4999
Tiragem: 29.000 exemplares

As colaborações enviadas ao **Jornal CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informação será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

Planos de ação das Comissões

Num "Encontro" realizado em São Roque nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, os Conselheiros e Delegados discutiram e definiram os Planos de Ação das Comissões do CRP-06 para 1990.

Comissão de Orientação e Fiscalização

Empenhada em ampliar a função que a define - orientar e fiscalizar o exercício profissional do psicólogo, zelando por sua qualidade -, a Comissão de Orientação e Fiscalização elaborou um Plano de Ação voltado para a prevenção e a divulgação, o qual também visa dar à categoria elementos para acompanhar seu trabalho.

Num "Encontro", no mês de abril, os fiscais discutirão seu papel e a política da COF, com o intuito de reciclagem e assimilação das propostas da atual gestão. Com base na própria demanda da COF, serão elaborados "pacotes preventivos" levados às faculdades em debates, palestras, propostas de temas para discussão etc., visando orientar futuros psicólogos sobre seu âmbito de ação.

Divulgar entre os psicólogos e a população os posicionamentos e as conclusões sobre as atividades desenvolvidas junto à Comissão de Ética inclui-se no papel inerente à COF. Pretende-se, ainda, finalizar a pesquisa sobre Saúde Pública realizada na gestão anterior, cujos resultados deverão subsidiar a discussão entre a categoria para orientar a população sobre o que pode esperar e exigir do serviço psicológico.

Comissão de Delegacias

Ao elaborar seu Plano de Ação, a Comissão de Delegacias objetivou pensar questões do âmbito político da Psicologia, junto com os profissionais de cada região, a partir de eventos teórico-técnicos. Outro assunto a ser repensado, em pauta desde o CONUP - Congresso Nacional Unificado de Psicólogos -, é o próprio Conselho enquanto entidade representativa da categoria.

Por iniciativa dessa Comissão, será promovido o I Encontro Regional sobre Formação Profissional (veja matéria nesta edição), cujos resultados serão avaliados num grande encontro do CRP-06.

O Plano de Ação das Delegacias

culmina num objetivo da Gestão Movimento: o reconhecimento, a respeitabilidade da Psicologia como profissão de Saúde e a garantia da qualidade dos serviços prestados à população.

Comissão de Educação

O objetivo da Comissão de Educação de ser um espaço aberto ao estudo, reflexão e debate sobre o conteúdo e a política do fazer psicológico na educação começa, em 1990, pelo estudo da Lei de Diretrizes e Bases. Tratou-se primeiro de definir a posição do Conselho, para, em seguida, abrir a discussão à categoria.

Os meios de ampliar essa discussão - debates, palestras, encontros, divulgação na imprensa - também servirão para outro tema urgente: o papel do psicólogo na Educação. Neste momento, em que serviços oficiais de Psicologia da Educação estão sendo integrados pela Saúde, ao mesmo tempo que em algumas regiões se abrem serviços oficiais de Psicologia Escolar, a Comissão entende que é tempo de resgatar a história e a experiência dessa área da Psicologia, fazer um levantamento dos psicólogos que têm atuado na área e dos tipos de práticas desenvolvidas e discutir a formação, até aqui mais voltada para a clínica. O material coletado será analisado com a categoria, levando-se, mais tarde, as conclusões à população.

Mais que estabelecer normas, ao buscar a definição da especificidade e o ponto de inserção do psicólogo da Educação, o que se pretende é fazer a discussão avançar, dando impulso a uma reflexão contínua.

Comissão de Ética

A preocupação da Comissão de Ética é não se restringir aos processos éticos mas ir além, discutindo pontos importantes relacionados com as denúncias que recebe, como as definições de técnicas psicológicas, as terapias alternativas e os psicotécnicos. Para resolvê-los, serão chamados a participar de debates profissio-

nais, psicólogos ou não, que possam analisar a prática em questão. Algumas dessas discussões serão abertas ao público, as questões relativas ao psicotécnico passarão pelo Conselho Federal de Psicologia e as conclusões finais desse trabalho, desenvolvido junto com a Comissão de Orientação e Fiscalização, serão divulgadas no **Jornal CRP-06**.

É intenção da Comissão de Ética informar suas posições à população, o mais amplamente possível, para que ela mesma efetue o "controle de qualidade" dos serviços recebidos. E, a longo prazo, a discussão trará subsídios para se tentar reformular a Lei 4.119, que em 1962 regulamentou a profissão de psicólogo e hoje, dada a diversificação do exercício profissional, não cumpre mais sua função.

Outro tema de discussão serão as relações do psicólogo com a Justiça: a possibilidade de mandar seu parecer quando uma das partes é seu cliente, admitida em abril de 1989 em reunião das Comissões de Ética de todo o Brasil com a Câmara de Ética do Conselho Federal, ainda deve ser normatizada.

Comissão de Menoridade

Organizada a partir deste ano, a Comissão de Menoridade se originou de um grupo de psicólogos que vinha utilizando a sede do CRP-06 para debates com profissionais de instituições que trabalham com crianças e jovens pauperizados, oriundos das camadas populares.

Baseada nessa experiência, a Comissão pretende buscar novas formas de atuação - desde a escuta do profissional para sistematizar o conhecimento e o trabalho produzidos no setor, até a formulação de uma postura crítica a partir da qual se possa tentar modificar a política oficial referente à Menoridade.

Fazendo-se presente em debates como participante ou organizadora, a Comissão levará a outros grupos interessados na questão da Menoridade temas comuns que atravessam a atuação do psicólogo nas diversas instituições, como as implicações da relação com o Poder Judiciário

na prática profissional. A discussão será ampliada através de publicações de trabalhos, mesas-redondas, seminários eventualmente abertos ao público etc. Dessa forma, a Comissão espera ser ao mesmo tempo um movimento aglutinador de experiências, não só dos psicólogos como de outros profissionais, e um espaço detonador de novas reflexões sobre a Menoridade.

Comissão de Trabalho

Uma pesquisa junto a todos os psicólogos cadastrados no CRP-06 será o ponto de partida para desenhar o Plano de Ação da Comissão de Trabalho em 1990. Ao invés de uma decisão de gabinete, a estratégia de sentir expectativas, dificuldades, preocupações e necessidades dos psicólogos que trabalham em organizações visa aperfeiçoar um plano de trabalho com definições elaboradas *de fato* junto com a categoria.

A proposta é, basicamente, repensar a atuação do psicólogo na organização, à luz da ética profissional, em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos, Associações de Classe, Grupos de RH, Associação de Ergonomia, profissionais da Psicologia em geral. Além do **Jornal CRP-06**, fóruns, grupos de estudo, encontros, grupos informais de RH, poderão servir de recursos para refletir e debater conceitos e formas de atuar com Psicologia Organizacional.

Esse pensar criticamente o papel e as práticas do psicólogo nas organizações, cujo objetivo final é valorizar o trabalho desse profissional, contempla uma meta que orienta a ação do CRP-06: a de garantir a especificidade da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Comissão de Diretoria

À Comissão de Diretoria cabe viabilizar o conjunto de propostas das Comissões, coordenando os diversos segmentos de maneira a garantir sua unidade segundo os princípios políticos da Gestão Movimento.

Abaixo reproduzimos entrevista feita pelo **Jornal CRP-06** com Antonio da Costa Ciampa, que é psicólogo, professor do Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP e autor do livro *A Estória do Severino, A História da Severina*.

Qual análise a Psicologia Social faz a respeito do comportamento coletivo durante as eleições presidenciais?

Antonio Ciampa - A Psicologia Social pode responder a essa questão de várias formas. Minha tendência é analisar pelo aspecto da identidade, pois acredito que a partir dele surgem muitos outros. Antes de iniciar a abordagem, acho importante esclarecer primeiro que entendo a identidade como um processo de construção o qual envolve tanto a história das transformações sofridas por uma pessoa ou um grupo, como seus projetos. Nesse sentido, penso a identidade tanto no nível pessoal, quanto no nível coletivo.

A Presidência da República, a rigor, é um cargo constituído por uma função específica. As características dessa função, no entanto, não são definidas pelo indivíduo que a ocupa, mas, sim, pelos grupos sociais de acordo com o momento histórico do país. Assim sendo, existem definições sociais que determinam o papel do Presidente e estabelecem, *a priori*, os critérios de sua própria escolha.

No caso da última eleição, quais foram os critérios sociais que orientaram a escolha?

Antonio Ciampa - Os critérios foram traçados a partir da experiência vivida em relação aos últimos Presidentes, desde os Militares e principalmente em relação ao Presidente Sarney. A sensação de fracasso provocada pelos Governos Militares e pela Nova República contribuiu na definição do novo perfil do Presidente. Da necessidade de mudança nasceram as expectativas de se eleger um civil que não estivesse comprometido com as forças políticas tradicionais e que nem fosse corrupto.

Houve um abandono do modelo Sarney?

Antonio Ciampa - O modelo Sarney foi negado porque não deu certo. No lugar dele apareceu a busca de um novo, que sobretudo não estivesse vinculado às estruturas conhecidas, à burocracia estatal e nem à corrupção. Eu caracterizaria esse movimento da população em direção ao novo como um projeto de transformação da identidade nacional.

Um Jogo de Imagens

Tendo em vista esse projeto da população, como se explica o resultado do 1º turno, que estabeleceu a polarização entre Lula e Collor?

Antonio Ciampa - Tanto Lula como Collor representavam para parcelas significativas da população a possibilidade de trans-

formação da identidade nacional. Embora as duas candidaturas fossem completamente divergentes no aspecto político-ideológico, ambas correspondiam à imagem do novo que estava sendo almejada. O fato de Ulisses Guimarães (candidato do maior partido no Brasil) ter sido excluído no 1º turno já exemplifica isso. Ficaram de fora justamente os políticos tradicionais, pois eles não correspondiam à imagem de renovação.

Quer dizer que a imagem do candidato interferiu na opção do eleitorado?

Antonio Ciampa - Interferiu demais. Na verdade, a disputa no 2º turno se travou, predominantemente, através de um jogo de imagens. Basta lembrar os programas eleitorais transmitidos pelas rádios e TVs, onde cada um dos candidatos usava seu horário gratuito para desmentir a imagem veiculada pelo adversário. Lula tentava provar que Collor era uma fraude. Collor, por sua vez, recorria à mesma estratégia, chegando a utilizar (no final da campanha) golpes baixos para destruir a imagem de Lula.

O Duelo de Sentimentos

Mas, quais imagens estavam em jogo?

Antonio Ciampa - Collor representava a figura do "cavaleiro solitário" que, por se apresentar sem vínculo com grupo nenhum, proclamava confiabilidade e ousadia para pôr o país em ordem. Lula representava as parcelas organizadas da sociedade, que queriam mudar a cara do Brasil por meio da ação e de um programa partidário bem-definido. Por detrás das duas imagens vinha a análise da conjuntura nacional. Os dois candidatos caracterizavam a realidade da nação como caótica... um descalabro total.

As alternativas colocadas pelos dois candidatos no sentido de enfrentar tal situação despertavam na população dois sentimentos: a esperança e o medo. Lula personificava a esperança: o slogan *sem medo de ser feliz* e também todo o entusiasmo popular em torno de sua candidatura são claros exemplos disso. Por outro lado, Collor representava a ordem como resposta ao medo. O seu discurso veiculava sempre a idéia de que ele reunia condições para acabar com a desordem da casa e instaurar mudanças organizadas.

Por que as representações no nível do imaginário pesaram tanto?

Antonio Ciampa - Por causa da eficácia do marketing político e principalmente pelo uso excessivo dos meios de comunicação de massa enquanto instrumento de campanha eleitoral.

Veja, as transmissões feitas por rádio e TV estabelecem um contato direto entre o eleitor (indivíduo) e o candidato. E essa imediatez impede qualquer tipo de questionamento, propiciando, por decorrência, a construção e cristalização de imagens. Já, ao contrário, os recursos tradicionais

de campanha eleitoral (via mediação partidária) possibilitam a discussão com o eleitorado no âmbito coletivo, resultando em modificações de idéias e maior mobilização social.

Esse tipo de debate mais politizado aconteceu também nesta última eleição, porém ele se restringiu aos grupos mais organizados da sociedade. Foi a televisão que atingiu realmente as grandes massas e, em função dessa circunstância, o imaginário prevaleceu sobre a discussão política na hora da escolha.

A Busca da Identidade Nacional

Como você avalia a vitória de Collor, considerando o fato de ele ter liderado a votação junto à população mais pobre, desinformada e desurbanizada?

Antonio Ciampa - Para responder essa questão eu retomo minha idéia inicial: o projeto de transformação da identidade nacional. Bem, esse processo não se dá de maneira homogênea em toda a população e nem se faz por um passe de mágica. As formas de buscar a identidade coletiva variam conforme o grau de desenvolvimento de cada grupo e/ou indivíduo, de acordo com os seus níveis de conscientização política.

O eleitorado do Lula mostrou ter consciência e clareza em relação a certas categorias de análise, tais como as linhas ideológicas de esquerda e direita. A maior parte da população, entretanto, não atinge, ainda, esse patamar de entendimento acerca da situação. A parcela majoritária baseou-se nas informações que estavam ao seu alcance.

Então, não interpreto a vitória de Collor como sinal de conservadorismo do eleitorado brasileiro, simplesmente porque a maioria, ao eleger o Collor, elegeu aquilo que ele representava em termos de imagem. Isto é: o novo que instaura mudanças.

É claro que as expectativas populares poderão (ou não) ser frustradas, agora, com o início do novo Governo. De qualquer maneira, se houver frustração, isso será um importante elemento de aprendizagem. Ficamos trinta anos sem eleger Presidente e, nesse período, nossas oportunidades de aprendizagem democrática foram bem limitadas. Depois, o processo de construção da identidade nacional compreende etapas que não se esgotam no momento eleitoral. Essa busca de transformação continua ao longo do Governo, quando a imagem do eleito será testada na prática e, tenho certeza, será repudiada se se mostrar mentirosa, traindo as expectativas da população.

Antonio da Costa Ciampa, psicólogo e cientista político, analisa o processo das eleições presidenciais e a conscientização que prevaleceu nas urnas. O país avançou ou regressou em direção à democracia?

Lula Marques/AF



n eleita

ta Ciampa,
ocial, e
Moisés,
analisa o
eleições
concluem: a
política não
urnas, porém
alguns passos
mocratização

José Álvaro Moisés é cientista político, professor e vice-chefe do Departamento de Ciência Política da USP, presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e autor do livro *Dilemas da Consolidação da Democracia*. A seguir publicamos a síntese de uma entrevista concedida por ele ao **Jornal CRP-06**.

Qual é o significado político das eleições presidenciais no Brasil?

José A. Moisés - As eleições tiveram um significado muito importante porque selaram a etapa conclusiva do processo de transição do regime autoritário para o início da democracia. Essa etapa fechou um longo período transitório iniciado no final do Governo Figueiredo e intensificado com a Campanha das Diretas e a promulgação da nova Constituição.

Acredito, portanto, que as eleições constituem o marco inicial do processo de consolidação democrática no país, porque elas representam a possibilidade de alternância de poder. A oposição (não só a oposição ao Governo Sarney, mas a própria oposição ao regime militar), podendo se apresentar como alternativa, permite afirmar que a transição se concluiu.

Houve avanço, então?

José A. Moisés - Houve um enorme avanço no sentido da consolidação democrática e, também, no sentido da constituição do que eu chamaria uma cultura política democrática no país.

A intensidade da participação popular, o entusiasmo que as eleições suscitaram, tudo isso determinou o aprofundamento da noção de cidadania e ajudou a consolidar a extensão de direitos de cidadania para áreas que antes não estavam abrangidas.

A disputa eleitoral ampliou a credibilidade popular em relação à democracia porque demonstrou a parcela significativa da população que, através das urnas, se pode mudar o Governo e, mudando-se o Governo, podem se alterar as orientações das políticas econômicas e das políticas sociais em curso. Isso é a essência da democracia.

Concepções Divergentes

Como se explica a divisão do eleitorado que implicou o confronto entre duas candidaturas tão opostas no 2º turno?

José A. Moisés - Essa questão reporta a um fenômeno novo no Brasil: a sociedade brasileira passou, nos últimos trinta anos, por processos muito profundos de modernização. Basta observar a composição das classes sociais, por exemplo, para constatar-se a modificação intensa da morfologia social do país. A classe operária cresceu, os setores empresariais se expandiram e a classe média mudou drasticamente o seu perfil.

Uma das conseqüências mais importantes dessa mudança é o fato de a sociedade (que se complexificou muito) ter se tornado mais reivindicatória e, ao mesmo tempo, mais consciente das suas próprias precariedades. Por isso, a população tende a cobrar de forma mais rigorosa os seus direitos de cidadania, o ritmo do processo de democratização e as transformações necessárias ao advento da modernidade.

De certa forma, tal quadro explica o resultado do 2º turno. Na polarização entre Lula e Collor não prevaleceu *stricto sensu* um confronto de classes, como entre burgueses e proletários. O que predominou foram as diferentes concepções das mudanças necessárias ao país: enquanto uns queriam transformações rápidas, ágeis e profundas, outros desejavam mudanças mais moderadas, que sobretudo não implicassem a perda de privilégios de setores tradicionais da sociedade.

Prevaleceu a concepção mais moderada que, ao meu ver, é também bastante atrasada. Basta dizer que tal concepção se apoiou sobre a imagem tutelar, cesarista mesmo, de um homem que se colocou depositário de todas as mudanças de que o país precisa. Ora, como sabemos, não há garantia nenhuma de que um homem só, mesmo quando depositário de tantos votos, possa mudar o país no sentido necessário. As mudanças, para se realizarem, precisam de algo mais do que isso, que é a mobilização política da sociedade.

Além disso, a base social que elegeu Collor pertence às chamadas classes C D E, ou seja, a parcela da população que é menos instruída, menos informada e, por decorrência, menos organizada e consciente do ponto de vista político. Apesar de apresentar demandas legítimas, ela não tem os instrumentos indispensáveis para pressionar o novo Governo no sentido das suas necessidades.

Do outro lado, a candidatura da Fren-

te Brasil Popular se apoiou sobre a parcela mais organizada da sociedade, que conta com uma rede de instituições (sindicatos, associações, movimentos de base etc.) a seu favor. Nesse sentido, a polarização que realmente ocorreu no 2º turno foi entre um Brasil mais organizado e mais consciente, do ponto de vista político, e um Brasil desorganizado e menos consciente, que, contudo, constitui a maioria eleitoral.

Mudanças a Curto Prazo

Quais são as perspectivas de governabilidade do país, agora, com a posse do Presidente eleito?

José A. Moisés - Em comparação à candidatura do Lula, o Presidente Collor tem menores condições de governabilidade, porque não conta com o apoio orgânico dos Partidos e nem da "malha" social organizada. No entanto, não cabe fazer uma análise mecânica, cujas conclusões decorreriam da simples avaliação dos resultados da campanha eleitoral.

A política é um processo dinâmico e a capacidade de governabilidade do novo Presidente vai depender, por um lado, da capacidade de ele conformar um bloco de alianças políticas; e, por outro, do desempenho da própria oposição. É bastante possível que importantes setores da sociedade, como os empresários, e aqueles representados pelos Partidos conservadores (como PDS e PFL) venham a apoiar o novo Governo.

Mas, não dá para negar que a situação é difícil. A eleição de Collor, como disse, se apoiou sobre uma massa social que sofre precariedades enormes e que é muito reivindicativa. Então, ele vai precisar de grande capacidade de iniciativa para adotar medidas de impacto a curtíssimo prazo. Problemas como o da inflação, do custo de vida, da dívida externa (só para mencionar alguns) têm de ser enfrentados imediatamente. Se não o forem, gerarão uma nova e drástica crise social.

Não digo que o novo Governo não reúna, necessariamente, condições para fazer isso. Ele, certamente, tomará medidas de um ângulo que não é o meu - de um ângulo conservador e neoliberal. Mas, não está excluída a possibilidade de que medidas dessa natureza possam dar certo. Superar a crise atual, em certo sentido, significa quase operar um milagre no Brasil. Todavia, isso não é impossível. Se o Governo Collor conseguir dar passos efetivos em direção à modernização da economia e do Estado, ele terá grandes probabilidades de êxito. A partir daí, o lance passará para o lado da oposição: se ela também não se modernizar perderá o bonde da história, pelo menos nesta fase da vida do país.



Atividades dos conselheiros

1º-11-89 - O Conselheiro **Mauro Hollo** concedeu entrevista à *Folha de S. Paulo* sobre "Avaliação Psicológica em Recrutamento e Seleção", esclarecendo que testes psicológicos são apenas auxiliares de outras técnicas e devem ser aplicados com o consentimento do candidato.

7-11-89 - A Conselheira **Solange Bertolotto** participou de debate sobre "Atendimento a Vítimas de Violência Sexual". À questão sobre denúncia-crime, colocada ao CRP-06, respondeu que fica a cargo de cada profissional a decisão de quebrar o sigilo em caso de estupro. Na Secretaria Municipal da Saúde.

8-11-89 - A Conselheira **Frida Zolty** proferiu palestra sobre "O CRP e a Comissão de Ética", abordando a estrutura, função e limitações do CRP, sua organização para atender à demanda e a função e atividades da Comissão de Ética. Nas Faculdades Integradas de Guarulhos.

9-11-89 - A Conselheira-presidente **Regina Heloisa Maciel**, a Conselheira Vice-presidente **Marlene Zola** e o Conselheiro-tesoureiro **Valter Apolinário Filho** reuniram-se com Conselhos Regionais que representam os profissionais da Saúde. Foi discutido documento do CREMESP propondo um "Plano de Assistência

Médica Viável" e a matéria "Profissional da Saúde", assinada pelo Vice-presidente do CRM e publicada em *O Estado de S. Paulo* no dia 7-11-89. Na sede do CRP.

13 e 23-11-89 - O Conselheiro-tesoureiro **Valter Apolinário Filho** esteve reunido com Conselhos Regionais representantes dos profissionais da Saúde, dando seqüência à discussão sobre a posição a ser tomada pelas entidades ante o "Plano de Assistência Médica Viável". Na sede do CRP.

20-11-89 - O delegado do CRP em Santos, **Antônio Carlos Simonian dos Santos**, esteve no debate "A Política Municipal de Saúde" entre entidades participantes do Conselho Municipal de Saúde, visando garantir a inclusão de propostas, debates e acompanhamento do cronograma da Lei Orgânica do Município. Foi divulgado o calendário geral, que se encerra com a promulgação, em 5 de abril de 1990. Na Secretaria Municipal da Saúde.

2-12-89 - A Conselheira Vice-presidente **Marlene Bueno Zola** participou de Assembléia dos Psicólogos em que foi comunicada a conquista do piso salarial de seis salários mínimos e se apresentou a proposta de negociação de dissídio, ressal-

tando-se, no entanto, que não foram conquistadas seis horas diárias de trabalho. No Sindicato dos Psicólogos.

5-12-89 - A Conselheira Vice-presidente **Marlene Bueno Zola** esteve com assessores do Secretário da Administração, **Alberto Goldman**, sendo informada de que havia sido encaminhada à Assembléia Legislativa proposta de reenquadramento do psicólogo na faixa salarial sete, junto com outros profissionais da Saúde. Na Secretaria da Administração.

6-12-89 - A Conselheira **Vera Regina Rodrigues** participou de reunião para elaborar pauta do encontro "A Mulher na Constituição e a Realidade Brasileira", previsto para março. No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

11-12-89 - A Conselheira Vice-presidente **Marlene Bueno Zola** coordenou encontro sobre "Práticas de Saúde Mental em São Caetano do Sul", promovido pela Delegacia do CRP do ABC, a Prefeitura de SCS e a APAE de SCS, com a presença de entidades ligadas à Saúde. Ficou decidida a realização de reuniões sistemáticas para promover a integração dessas entidades e formular política de Saúde Mental para o Muni-

cípio. Na APAE - São Caetano do Sul.

13-12-89 - O Conselheiro-tesoureiro **Valter Apolinário Filho** concedeu entrevista à *Folha de S. Paulo*, junto com **Maria Lúcia Stefanini**, representante do Conselho Regional de Nutricionistas, e **Marlene Guirado**, professora do Instituto de Psicologia da USP, comentando atuais políticas governamentais de Saúde e o "Plano de Assistência Médica Viável", proposto pelo CREMESP.

16-12-89 - O Conselheiro **Maurício Lourenção Garcia**, junto com representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, participou de debate sobre "Classes Especiais", organizado pela Comissão de Saúde Mental do Movimento de Saúde da Zona Leste, no Centro de Convivência II, Cohab I, discutindo com a população as reivindicações de mais serviços especializados para crianças com distúrbios de aprendizagem.

12-1-90 - A Conselheira **Vera Regina Rodrigues** esteve em reunião com o professor **Cesar Gallera**, da USP-Ribeirão Preto, discutindo a preparação do I Encontro Regional sobre Formação Profissional. Na USP-Ribeirão Preto.

Fundamentos da Psicanálise

CURSOS ANUAIS

"Lacan, o Retorno a Freud", por Alejandro Viviani, psicanalista
 "A Clínica em Instituições", por Ana Maria R. da Costa, psicanalista
 "Psicanálise com Crianças: Curso Introdutório", por Carmem S. Molloy, psicanalista
 "As Neuroses", por Mabel Zaccagnini, psicanalista
 "A Técnica Psicanalítica", por Ricardo Goldenberg, psicanalista

CURSOS BIMESTRAIS

Em março e abril: "O Inconsciente Freudiano", por Ricardo Goldenberg e Ana Maria R. da Costa
 Em maio e junho: "A Sexualidade Feminina", por Mabel Zaccagnini
 Em agosto e setembro: "A Criança como Falo, Sintoma ou Fantasma", por Carmem S. Molloy
 Em outubro e novembro: "A Sublimação", por Mabel Zaccagnini

INFORMAÇÕES: fone 262-3535 - Rua Dr. Cândido Espinheira, 850 - São Paulo - SP

Curso

A Teoria e a Prática Psicanalíticas: Fundamentos

Início para a 2ª turma em abril de 1990

Duração de 4 semestres, com carga horária de 2 horas semanais

Psicólogas Responsáveis: Maria Beatriz Romano de Godoy
 Maria José de Arruda Veiga

Inscrições de 20 a 30 de março de 1990, pelos telefones 887-5759 e 885-1590 no horário comercial

Aberto para 5º anistas, psicólogos e psiquiatras

Curso de Profilaxia de Gestação, Parto e Puerpério

Início em abril de 1990
 Local: Hospital 9 de Julho

Informações pelo fone 570-0549

3º ENCONTRO SOBRE SEXUALIDADE HUMANA

31 de Março a 30/Junho/90

OBJETIVO: Possibilitar uma visualização do universo da sexualidade humana, no contexto atual diante dos fatores psicológicos e biológicos e as possíveis terapias frente as diferentes disfunções sexuais.

ASSUNTO: História da sexualidade e as principais teorias elaboradas por Freud, Jung, Reich e H. Ellis • Relacionamento sexo afetivos • Educação e orientação sexual • Sexualidade masculina e feminina • Resposta sexual humana • Inadequação sexual • Tratamentos em sexualidade • Disfunções sexuais masculinas e femininas e possíveis formas de tratamento tanto orgânica como psicológica

1º ENCONTRO SOBRE PSICOLOGIA DA CONSCIÊNCIA

Sábados: Das 9:00hs. às 13:00hs.

OBJETIVO: Fornecer conhecimento científico e treinamento, no campo da Psicologia da Consciência
ASSUNTO: Freud e o inconsciente; Jung e o inconsciente coletivo; Maslow e Rogers "o novo modelo do homem: as experiências cume, a visão não patológica do ser humano"; Estados alterados da consciência; pesquisas atuais, avaliação e métodos tradicionais e modernos; Relaxamento; Respiração; Visualização; Regressão e projeção da Consciência; O superconsciente: perspectivas atuais, significado e potencialidade; Perspectivas terapêuticas: o problema da evolução da consciência e sua patologia; Discussão de casos e Laboratórios para treinamento dos participantes.

eppa

ESCOLA PAULISTA DE PSICOLOGIA AVANÇADA R. Mesquita, 789 - Aclimação - SP

Inscrições e solicitações de programa através do Tel: (011)215-3268

DOCENTES: De alto nível curricular Vagas limitadas em 20 participantes por evento Exposição em 14 módulos - 56 horas

Saúde Mental

As Transformações nas Práticas de Atendimento

Sidney Costa Gaspar *

Resenha



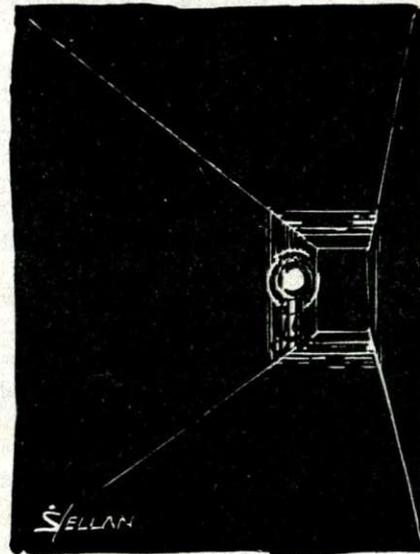
São vários os aspectos que podem ser comentados diante da publicação de um livro como *Saúde Loucura*. É fundamental,

a princípio, ressaltar e louvar o lançamento dessa série, visto ser esse apenas o primeiro número de uma coletânea.

Afinal, sem qualquer sombra de dúvida, a discussão da loucura não é um assunto esgotado e vira com frequência um tabu, sobre o qual comenta-se muito e sabe-se pouco. Nesse sentido, é importante a existência de um espaço para que esse tema tenha um enfrentamento contemporâneo e possa traduzir uma série de questões que vão desde nossas grandes dúvidas até nossas irrisórias certezas.

O número 1 de *Saúde Loucura* traz uma temática que passa por conceitos, práticas, teorias e experiências no campo *psi*. Não há nele o intuito de se tornar uma publicação messiânica, mas sim o de abrir alas para os questionamentos que visam alimentar a discussão sobre a necessária transformação na forma de ver e agir diante do enigma da desrazão, da alienação e da loucura.

Um segundo aspecto que me parece essencial diz respeito ao corpo de autores aglutinados nessa edição que certamente respondem pelo sucesso desse trabalho. Esse corpo é composto por um grupo de trabalhadores que, inconformados com a inércia repressiva constituída pela prática e pela retórica manicomial, tornaram-se, ao longo desses anos, agentes transformadores da atenção *psi*. Numa analogia à classificação dos poetas feita por Ezra Pound, poderíamos encaixá-los na categoria dos "inventores", visto que seus trabalhos transcendem a norma emborada das instituições, da regra rígida dos códigos psiquiátricos, para aportarem na busca constante de novas formas de enfrentar o sofrimento humano, na sua singularidade social.

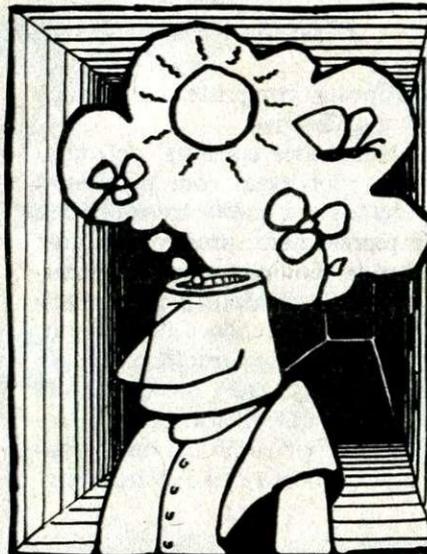


mento humano, na sua singularidade social.

O terceiro aspecto que quero comentar se refere aos textos apresentados. Chama particularmente a atenção uma temática que perpassa pelo conjunto dos textos: a necessidade de mudanças na prática de atendimento a todos aqueles que sofrem, que são rotulados de loucos e vão habitar os hospícios que asilam e isolam no Brasil aproximadamente 130 mil brasileiros.

Antonio Carlos Cesarino descreve no livro as experiências vividas no projeto Zona Norte do Município de São Paulo, que visava criar um programa integrado e regionalizado de Saúde Mental entre as unidades públicas daquela região. O relato historia o projeto desde a sua criação até a situação atual, descreve seus equipamentos, analisa os recursos humanos (suas virtudes e dificuldades) e o processo político que envolveu esse trabalho.

O segundo artigo versa sobre o Hospital-dia "A Casa", reproduzindo um debate entre alunos do curso de Agente de Saúde Mental com Beatriz Aguirre, Moisés Rodrigues da Silva Jr. e Nelson Carroso. No debate se conversa sobre os 10 anos da experiência desse HD, que trabalha com o conceito de "estrutura psicótica", buscando cuidar da história do sofrimento particular e familiar num contexto histórico-cultural.



ria do sofrimento particular e familiar num contexto histórico-cultural.

Silvio Yasui conta um pouco da história da Saúde Mental, com destaque para a participação pioneira de Luís Cerqueira na Coordenadoria de Saúde Mental em 1973, até desembocar no surgimento do Centro de Atenção Psicossocial, e relata o movimento que construiu a atual proposta desenvolvida nesse serviço: "um lugar de trabalho, de produção de sentido, de invenção, de encontro, de busca e - por que não? - de prazer".

Pedro Mascarenhas discute a questão da supervisão que surge como demanda dos serviços que se transformaram durante a década de 80. Partindo da relação ensino-aprendizado embutida no contexto da supervisão, analisa suas raízes que estão plantadas na Saúde Pública, na formação das Psicoterapias Dinâmicas e no Movimento Institucionalista, exemplificando seu trabalho de supervisor com o curto relato de 3 casos.

Izabel Marazina retrata em seu artigo o sofrer presente naqueles que trabalham com a loucura dentro das instituições que cobram o "saber individual", reprimem as respostas coletivas e aprisionam seus protagonistas no narcisismo do pretensão conhecimento sobre a loucura, tornando-os, assim, carcereiros encarce-

rados.

Antonio Lancetti analisa a mística do "preventivismo" numa releitura crítica da "bíblia" escrita por Gerard Caplan, que em seu livro enfatiza um contexto eugênico e de homogeneidade social. Lancetti na sua análise mostra situações vividas por equipes de Saúde Mental, grupos de corpo social que servem de substrato para seu questionamento ante um processo "preventivo" estanque e controlador da sociedade, que visa obstaculizar o progresso, inclusive das práticas *psi*.

Fernanda Nicácio relata, com a força de quem conhece através da própria vivência, o processo de transformação psiquiátrica vivido em Trieste, Itália. Numa descrição que permite ao leitor visualizar a estrutura "inventada" nesse processo de desconstrução manicomial, a autora aponta o movimento político, social, criador e cultural dessa desinstitucionalização encabeçada por Franco Basaglia. Seu relato não pretende transformar Trieste num mito, mas sim ampliar as discussões em torno do pensamento inventivo da Psiquiatria Democrática Italiana.

Gregório Baremlitt, no último artigo do livro, apresenta o Movimento Institucionalista, fazendo sua análise a partir da gênese conceitual e histórico-social. Assinala correntes e pensadores que influenciaram a sua configuração, mostrando o institucionalismo não como uma teoria, mas muitas teorias, sendo uma tentativa de produção de saber que atinge também as instituições que cuidam do psiquismo humano.

O mais importante em *Saúde Loucura* é sua leitura, de capa a contracapa, não para um concordar pleno, mas para um questionamento freqüente desse instrumento novo que será (espero) uma tribuna para todos que vivem, no dia-a-dia, o ritual das "loucuras alheias" e, por que não?, das próprias loucuras.

* Sidney Costa Gaspar é psiquiatra do Hospital Pinel e da Casa de Saúde Anchieta, faz formação psicodramática e participa do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental.

I Encontro Regional sobre Formação Profissional

Contemplando um dos objetivos da plataforma que a elegeu, a Gestão Movimento promoverá o I Encontro Regional sobre Formação Profissional em Psicologia, previsto para maio deste ano.

O evento acontecerá em todas as Delegacias do CRP-06 e em São Paulo, capital. Para que seja possível uma ampla discussão, a participação e co-promoção do Encontro estão abertas a universida-

des, faculdades, associações de pesquisa, comissões de alunos e outras entidades relacionadas com Formação Profissional.

São objetivos do Encontro:

- Discutir a qualidade dos currículos dos cursos de Psicologia e o tipo de conhecimento que se tem produzido nas universidades.

- Discutir as práticas psicológicas de-

orrentes desses conhecimentos em áreas de atuação como Saúde, Educação e Trabalho.

- Decidir os possíveis encaminhamentos deste Encontro, para apresentá-los à SBPC em julho deste ano e também ao I Fórum sobre Formação Profissional (deliberado pelo CONUP - Congresso Nacional Unificado de Psicólogos) a ser realizado ainda este ano.

- Eleger dois representantes do Estado de São Paulo, um vinculado a universidades oficiais e outro a universidades particulares, para compor o Conselho Gestor da ANMEP - Articulação Nacional para Melhoria do Ensino e Pesquisa. Os interessados devem entrar em contato com a Comissão de Delegacias na Sede do CRP-06.

Empresa: um espaço terapêutico

Gecila Sampaio Santos *

A atuação do psicólogo pode abrir um espaço educativo e terapêutico na empresa, transformando sua função social.

Pretendo discutir, aqui, as possibilidades metodológicas do processo terapêutico através das relações vinculadas pelo trabalho, focando especificamente a viabilidade desse processo dentro e pago pela empresa privada. Considero que este seja um dos poucos caminhos que hoje se apresenta como possível para que o recurso psicoterápico possa ser, efetivamente, oferecido às diversas classes da população. O Brasil vive hoje tal precariedade moral e econômica, que as instituições públicas de saúde mental pouco ou nada podem fazer pela população, mesmo com o esforço heróico de alguns grupos de profissionais que aí atuam. O empobrecimento nos atinge de tal modo que hoje só podem frequentar nossos consultórios particulares os integrantes da classe A e da classe média alta. Aos outros, nossos preços são proibitivos.

Nesse cenário, onde a grande maioria vive diariamente com sentimentos de fracasso, de desesperança, de abandono, de impotência, cada vez menos as pessoas conseguem descobrir brechas para movimentar-se e sobreviver afetiva e materialmente. Acredito que o processo terapêutico seja um instrumento adequado para essas situações onde a reelaboração e recriação da relação sujeito-mundo se fazem absolutamente necessárias, pois, no outro extremo, está a possibilidade da loucura e da morte. Parto do pressuposto que o psicodrama pode ter função social significativa e, assim sendo, vale investigar como atingir e envolver mais gente nesse processo.

Hoje, já há um razoável número de empresas e terapeutas apostando na fertilidade desse trabalho como, no mínimo, medida profilática da saúde mental da população economicamente ativa. Entretanto, como tônica dominante temos, ainda, de um lado empresários que consideram a dimensão afetivo-emocional como um epifenômeno das relações profissionais, não sendo, portanto, terapia um luxo que a empresa deva patrocinar. Do outro lado, a grande maioria dos terapeutas que, ou por não acreditarem na possibilidade terapêutica desse trabalho, ou por não quererem atuar diretamente onde a relação capital-trabalho se protagoniza com maior intensidade, ou por outros motivos, preferem trabalhar nos espaços convencionalmente chamados terapêuticos. Percebo que há mais um tabu que uma posição nos dois lados dessa relação terapeuta-empresa, dificultando que

a proposta conquiste um espaço mais significativo.

Além desses entraves, defrontamo-nos por vezes com problemas metodológicos que também limitam a expansão deste projeto. Durante muito tempo, por exemplo, fazia-se uma cisão metodológica entre psicodrama terapêutico e pedagógico. Na empresa só se permitia o pedagógico, o qual incluía o role-playing e o sociodrama. Penso que o método deve servir como parâmetro para o pensamento e não como obstá-

Assim, o psicodrama processual com complexidade terapêutica foi se introduzindo nas empresas em que venho trabalhando com sessões sistemáticas de grupo e/ou individuais. A organização hierárquica determina a configuração dos grupos, evitando grupos artificialmente formados. Onde há maior concentração de poder (diretoria, por exemplo), as sessões individuais têm se mostrado necessárias como complementação das grupais. Se no grupo nem sempre se chega às filigranas

se reduzindo os costumeiros fantasmas que tanto confundem e tumultuam as relações, impedindo-as da possibilidade de superar os conflitos e contradições.

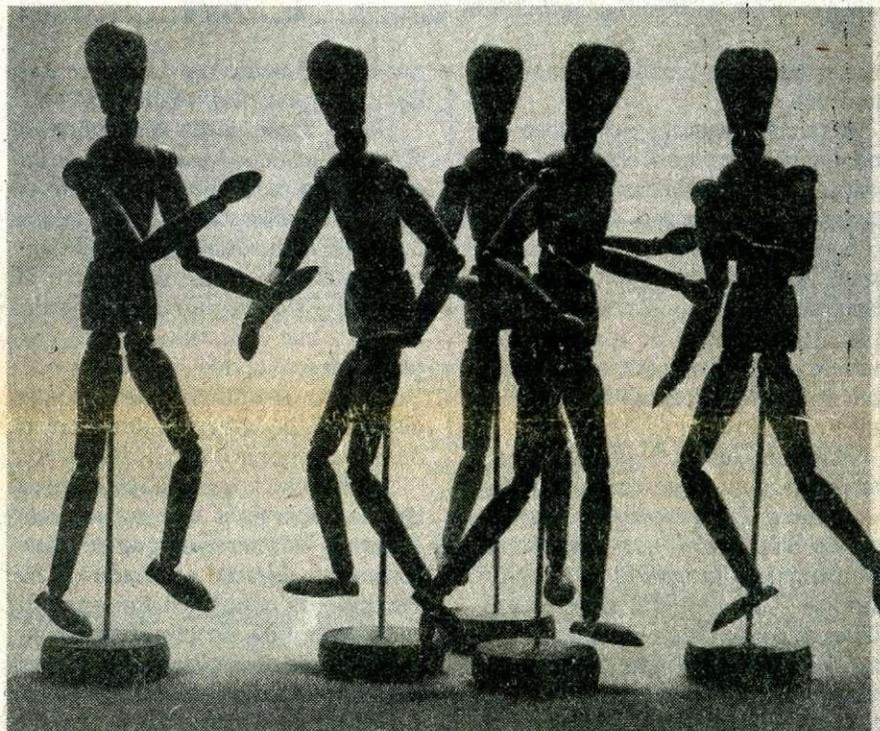
As relações autoritárias vão se tornando cada vez mais facilmente detectáveis nas suas múltiplas performances, menos suportadas e, portanto, menos complementadas por cada um. Com isso, cada um e todos vão perdendo a parte ilusória de seu poder para dar lugar a um poder legítimo, ou seja, aquele que transita e não se deixa enquistar pela cristalização. Gradativamente, troca-se autonomia por heteronomia. Nesse instante, o psicodrama cumpre sua vocação primeira, a de denunciante do poder autoritário onde quer que este se instale e do modo que se desenhe.

Nesse processo, indivíduo-grupo-empresa mediatizam-se para se explicarem e se apropriarem de seu enredo e enredamento histórico. Desta perspectiva, a empresa tende a transformar sua função social, deixando de ser exclusivamente um espaço gerador de empregos e de capital para ser também um espaço educativo e terapêutico.

Defronto-me hoje com uma série de problemas ainda sem respostas: que fazer quando o "turn-over" é muito alto; como lidar com o fato de terapeuta-paciente não se escolherem mutuamente e, talvez com o mais sério, quando o empresário, por "N" razões, interrompe bruscamente o trabalho, à revelia do grupo...

Não considero esta experiência concluída. Apresento-a mais como um apelo para que, sem preconceitos, se comece a refinar mais este instrumental de intervenção, descobrindo categorias e formulando novos conceitos que permitam, sem megalomania, atingir verdadeiramente um público cada vez maior.

* Gecila Sampaio Santos, psicodramatista, desenvolve sua atividade em consultório e, desde 1977, junto a empresas. Este ponto de vista baseia-se em um trabalho que apresentou no X Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo, realizado em Amsterdam, em agosto de 1989.



culo para a ação que se quer espontânea. Por vezes, os grupos queriam ir mais longe, romper limites, mas insistíamos que na empresa só trabalharíamos com os conteúdos do papel profissional. Ingênua e onipotentemente, pensávamos não ter o direito de expor uma pessoa com sua história diante de seu grupo de trabalho. Com isso, abandonávamos a noção de protagonismo na sua articulação conteúdo-continência. O projeto psicodramático, que se funda na busca do espontâneo, não pode continuar por muito tempo tendo uma referência metodológica que regule onde e o que deve ser publicado. Essas e outras reflexões me levaram a mudar esses pressupostos e minha prática. Hoje, parto do suposto de que o grupo é soberano e sabe onde e quando quer e pode chegar. É o grupo que determina o encaminhamento de uma sessão onde quer que esta ocorra. Cabe a nós somente rastrear-lo e não complementar suas defesas.

de cada biografia, isto não me diz de um trabalho menos apurado ou sem estatura terapêutica.

É gratificante ver como nesse trabalho, gradativamente, as relações vão se desdobrando e incorporando outras referências de mundo. Aos poucos, outras luzes vão iluminando o cotidiano, substituindo a visão maniqueísta e persecutória dos "bandidos e mocinhos" pela noção de interdependência e das contradições como complementaridades dialeticamente articuladas na vivência dos papéis e contrapapéis. É óbvio que as contradições e os conflitos não desaparecem. Pelo contrário, vão se configurando de modo mais claro. E é exatamente assim que vão

Enfoque é uma seção aberta à colaboração dos psicólogos que queiram veicular suas idéias pertinentes à profissão, à categoria, à Psicologia ou à população. As opiniões aqui apresentadas não coincidem, necessariamente, com as posições do CRP-06.



COMUNICADO AOS PSICÓLOGOS

Depois do fechamento desta edição do Jornal CRP-06, a revista "Veja em São Paulo (encarte do semanário "Veja" Ano 23, nº 7 de 21 de fevereiro de 1990) publicou um longo artigo a respeito das linhas psicoterápicas existentes na capital de São Paulo.

Embora pretenda ser o "Guia da psicanálise na Cidade", a referida matéria contribuiu, na verdade, para a desinformação sobre os serviços psicoterápicos, na medida em que tratou o assunto de forma parcial e preconceituosa.

Tal publicação causou, claro, a indignação de muitos profissionais, os quais procuraram o Conselho no sentido de saber o nosso posicionamento frente à questão.

De imediato, o CRP-06 enviou carta à revista "Veja em São Paulo" que inclusive foi publicada na edição de 28 de fevereiro. Num segundo momento, em 02 de março de 1990, reunimos os vários profissionais que procuraram o Conselho, para discutir outras medidas a serem tomadas em relação ao artigo.

Já na primeira reunião constituiu-se uma comissão que ficou responsável pela organização de um evento, cujo objetivo é informar a população sobre os serviços psicoterápicos existentes.

Aos colegas sugerimos que enviem cartas ou telegramas à revista Veja expressando suas opiniões sobre a reportagem.

GRUPO DE DISCUSSÃO SOBRE PSICOTERAPIAS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

São Paulo - Mato Grosso - Mato Grosso do Sul.

Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo, SP - CEP 04038 - Fone: 549-9799